

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Anexo**

**PORTARIA CGJ nº 4592/2015**

**Resolve aprovar as tabelas judiciais que acompanham a presente Portaria com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2016.**

**TABELA 01 ‑ ATOS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL E DAS SERVENTIAS JUDICIAIS**

|  |
| --- |
| **I ‑ DA SECRETARIA DO TRIBUNAL** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Ação Penal Originária ‑ Ação Rescisória** | 141,16 |
| **2. Pedido de Intervenção ‑ Representação ou Arguição de Inconstitucionalidade ‑ Ação de Constitucionalidade ‑ Uniformização de Jurisprudência ‑ Suspensão de Liminar ou Execução de Sentença proferida em Mandado de Segurança ‑ Mandado de Injunção** | 72,02 |
| **3. Conflito de Competência ‑ Desaforamento ‑ Revisão Criminal** | 36,00 |
| **4. Recursos Cíveis, Criminais e Hierárquicos** | 78,02 |
| **5. Outros procedimentos ‑ as mesmas custas da Tabela 01, inciso II** |  |
| **II ‑ DOS PROCEDIMENTOS E ATOS DAS SERVENTIAS JUDICIAIS** |
| **ATOS** | **CUSTAS ~~(UFIR)~~**(A) |
| **1. Procedimento Ordinário** | 264,17 |
| **2. Procedimento Sumário** | 165,12 |
| **3. Procedimento Sumaríssimo (Juizados Especiais ‑ Tabela 02)** | ~~141,09~~ (B) |
| **4. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa** | a) Consignação em Pagamento ‑ Monitória ‑ Depósito ‑ Ações possessórias  | 201,09 |
|  | b) Habilitação ‑ Restauração de Autos | 72,02 |
|  | c) Outros procedimentos  | 201,09 |
| **5. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária** | 141,10 |
| **6. Procedimentos Cautelares** | a) Arresto ‑ Sequestro ‑ Busca e Apreensão | 201,09 |
|  | b) Ações relativas a Protestos ‑ Interpelação ‑ Notificação ‑ Exibição Judicial | 72,02 |
|  | c) Outros procedimentos cautelares | 141,10 |
| **7. Procedimentos em espécie** | a) Recuperação judicial / Recuperação extrajudicial | 519,37 |
|  | b) Falência ‑ Insolvência Civil | 264,17 |
|  | c) Ação Restitutória ‑ Ação de Extinção de Obrigações ‑ Exceções(suspeição, impedimento e incompetência) | 72,02 |
|  | d) Ação de Acidente de Trabalho | I. até o limite de R$ 5.632,69 (Leis Federais nºs 8.213/1991 e 9.023/1995) | isento |
|  |  | II. acima do referido limite | 264,17 |
|  | e) Execução por Título Executivo Extrajudicial  | 141,10 |
|  | f) Mandado de Segurança | I. um impetrante | 141,10 |
|  |  | II. por impetrante que exceder | 30,00 |
|  | g) Busca e apreensão em alienação fiduciária em garantia (Decreto‑Lei 911/1969) | 201,09 |
|  | h) Separação ‑ Divórcio  | I. Consensual | 78,02 |
|  |  | II. Litigioso | 141,10 |
|  | i) Ações Relativas a Guarda de Menores ‑ Dissolução ou Reconhecimento de União Estável | I. Consensual | 141,10 |
|  |  | II. Litigioso | 264,17 |
|  | j) Interdições ‑ Ações relativas a Alimentos ‑ Adoção de Maiores ‑ Modificação de Regime de Bens | 141,10 |
|  | k) Cancelamento de Cláusulas ou Gravames  | 210,11 |
|  | l) Apresentação de Testamento ‑Tutela ‑ Emancipação de Menores ‑ Suprimentos e Autorizações em Vara de Família ‑ Busca e Apreensão de Menor | 78,02 |
|  | m) Autorizações em Vara da Infância e da Juventude (diversões) | 141,10 |
|  | n) Auto de Infração (ECA) | 201,09 |
|  | o) Execução Fiscal ‑ Averbações, cancelamentos, retificações, anotações e dúvidas concernentes a Registros Públicos e Ofícios de Notas | 78,02 |
|  | p) Matrícula de Periódicos, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e de Agenciamento de Notícias, inclusive Alvará ‑ Revogação de procuração | 78,02 |
|  | q) Sub‑rogação, extinção de fideicomisso, liquidação de firma individual e apuração de haveres em sociedade | 1% sobre o valor do bem ou patrimônio líquido | I. mínimo: | 210,11 |
|  |  |  | II. máximo: | 930,68 |
|  | r) Inventário, arrolamento ou sobrepartilhacom bens a partilhar ou adjudicar (por monte bruto qualquer que seja o seu valor): | I.Sem bens imóveis | 543,38 |
|  |  | II.Com um bem imóvel | a) residencial com área construída igual ou inferior a 60 m² ou alternativamente, um lote de terreno de área igual ou inferior a 400 m² | 543,38 |
|  |  |  | b) residencial com área construída superior a 60 m² ou, alternativamente, um lote de terreno de área superior a 400 m² e não superior a 2000 m² | 1077,82 |
|  |  | III. Monte bruto, não enquadrável nas hipóteses anteriores | 2149,55 |
|  | s) Inventário ou arrolamento negativo | 78,02 |
|  | t) Alvarás ou Mandados em procedimentos destinados exclusivamente a obtê‑los | 57,04 |
|  | u) Processos perante o Tribunal do Júri | 264,17 |
|  | v) Processos por Crime Doloso | 201,09 |
|  | x) Processos por Crime Culposo | 141,10 |
|  | z) Processo por Contravenção ‑ Reabilitação ‑ Queixa Crime ‑ Reclamação | 72,02 |
| **8.Procedimentos incidentes** | a) Denunciação da Lide ‑ Nomeação à Autoria ‑ Assistência ‑ Chamamento ao Processo | 72,02 |
|  | b) Oposição | 201,09 |
|  | c) Reconvenção ‑ Impugnação ao Valor da Causa ou à Gratuidade de Justiça | 72,02 |
|  | d) Liquidações de sentença ‑ Habilitações em ações coletivas ‑ Impugnações ao cumprimento de sentença ‑ Embargos (à Arrematação, à Adjudicação, à Execução e de Terceiros) | 191,31 |
|  | e) Ação Declaratória Incidental (inclusive Incidente de Falsidade) | 72,02 |
|  | f) Habilitações tempestivas ‑ habilitações em inventario ‑ Impugnação de Crédito ‑ Impugnação ao Quadro Geral de Credores | 36,00 |
|  | g) Habilitação Retardatária de Crédito | 72,02 |
|  | h) Incidentes da execução penal ‑ Medidas Assecuratórias | 30,00 |
|  | i) Prestação de Contas (incidental) ‑ Remoção de Inventariante | 66,03 |
| **9. Atos Processuais** | a) Cartas | I. De arrematação, adjudicação, de vênia ou de sentença por página (inclusive segunda via) | 17,99 |
|  |  | II. Precatória ‑ de Ordem ‑ Rogatória, para cumprimento: | a) Inquiritória | 32,96 |
|  |  |  | Mais, por pessoa a ser ouvida | 32,96 |
|  |  |  | b) Outras finalidades  | 66,03 |
|  | b) Certidões | I. folha com 30 linhas | 14,89 |
|  |  | II. por folha excedente a uma | 2,98 |
|  | c) Litisconsórcio Facultativo (ativo ou passivo, por litisconsorte) | 66,03 |
|  | d) Desarquivamento de autos (apensos inclusos no valor)  | 30,00(C) |
|  | e) Conferência de fotocópias ou de outros meios reprográficos, por folha | 2,98 |
|  | f) Citação, intimação, notificação ou remessa de ofício, através dos correios (por A.R.) ou outro meio usual de comunicação ‑ Extração de edital (excluídas as despesas de publicação de editais)  | 17,14(D) |
|  | g) Arrematação | 1% sobre o seu valor, limitado a | I. mínimo | 66,03 |
|  |  |  | II. máximo | 300,26 |
|  | h) Diligências Pessoais | I. do Serventuário  | 30,00(E) |
|  |  | II. do Magistrado | 126,06 |
|  | i) Por formal de partilha que exceder de um, inclusive segundas vias | 102,05 |
|  | j) Termo de penhora | 14,96 |
|  | k) Por alvará ou mandado que exceder de 4 (quatro) em um mesmo processo, em feitos de competência orfanológica  | 50,99 |
|  | l) Transmissão de petição ou recurso via “fac‑simile” (por petição ou recurso transmitido) ‑ Digitalização de documento | 7,90 |
|  | m) Por guia de depósito judicial ou mandado de pagamento extraído | 5,98 |
|  | n) Cópia digital de registros fonográficos ou audiovisuais de audiência (com a apresentação de CD‑Rom) | 30,00 |
|  | o) Transcrição de declaração registrada na gravação eletrônica de audiência (por declaração transcrita) | 30,00 |
|  | p) Porte de Remessa e Retorno (por grupo de 200 folhas ou fração excedente, inclusive apensos) | 20,95 |
|  | q) Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora (por ato) | 14,98(F) |
| **NOTAS INTEGRANTES:**1. O valor do porte de remessa e retorno deverá ser recolhido por ocasião da interposição de recursos oriundos das Comarcas do Interior e dos Foros Regionais, sob pena de deserção. Também serão devidas custas idênticas em razão do envio e devolução das cartas estabelecidas no inciso II, item 9, alínea a, II, desta Tabela, excetuando‑se a hipótese em que tal providência seja efetivada pelo próprio requerente (vide **ANEXO V ‑** Apelação e Agravo de Instrumento).2. No recurso de Agravo de Instrumento, bem como nos Mandados de Segurança, deverão ser também recolhidas as custas referentes à expedição de ofícios, por via postal (inciso II, item 9, alínea f, desta Tabela) ou por diligência do Oficial de Justiça (Tabela 03, inciso I, item 1). Vide **ANEXO V ‑** Agravo de Instrumento.3. Havendo interposição de recurso adesivo, serão devidas as mesmas custas do recurso principal, inclusive aquelas relativas ao porte de remessa e retorno (vide **ANEXO V**).4. As custas estabelecidas no inciso II, item 1, desta Tabela, devem ser também recolhidas na propositura das seguintes ações: ação de despejo, ação renovatória, investigação de paternidade, repetição de indébito, ação popular, ação civil pública, anulação de casamento, ação de sonegados e ação declaratória de ausência.5. As custas estabelecidas no inciso II, item 2, desta Tabela, devem ser também recolhidas na propositura da ação de adjudicação compulsória (art. 16 do Decreto‑Lei Federal nº 58/37, com a redação da Lei Federal nº 9.245/1995) e de ação revisional de aluguel.6. Havendo cumulação simples e sucessiva de pedidos, serão devidas as custas relativas ao preparo para cada pedido suscetível de natureza jurídica autônoma, devendo ser recolhidos, contudo, até o máximo correspondente a 3 (três) preparos, não importando a quantidade de pedidos cumulados . Caso haja a formulação de cumulações eventuais e alternativas de pedidos, será devido um único valor referente ao preparo, correspondente ao pedido de maior valor.7. No caso de Separação, Divórcio, Dissolução de União Estável/Homoafetiva e Dissolução de Sociedade de Fato, quando houver partilha de bens, serão devidas as custas estabelecidas no inciso II, item 7, alínea r, desta Tabela, exceto quando, nos próprios autos, a partilha for elaborada consensualmente pelas partes e homologada pelo juiz.8. As custas previstas no inciso II, item 7, alínea r, desta Tabela, serão devidas para cada sucessão aberta no caso de inventário proveniente do óbito de ambos os cônjuges, seja simultâneo ou superveniente.9. Havendo sobrepartilha, as custas previstas no inciso II, item 7, alínea r, desta Tabela, serão devidas face ao montante de bens trazidos na ocasião. No entanto, no caso de sobrepartilha de um imóvel de menos ou mais de 60 m2, em um inventário no qual um outro imóvel já tenha sido partilhado, deverão ser pagas as custas referentes à diferença entre o valor anteriormente recolhido (pela ocasião do inventário) e as custas devidas por inventário com monte bruto, não enquadrável nas hipóteses anteriores.10. Nas hipóteses estabelecidas pela Lei Federal nº 6.858/1980, deverão ser recolhidas as custas estabelecidas no inciso II, item 7, alínea t, desta Tabela, em prejuízo dos valores estabelecidos no Inciso II, item 7, alínea r, da mesma Tabela.11. Não são devidas custas pelo oferecimento de embargos em Ação Monitória (art. 1102c, do Código de Processo Civil), bem como no caso de exceção de pré‑executividade.12. Nos casos de homologação de acordo cível ou aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, pela efetuação de transação penal em Varas Criminais, as custas e a taxa judiciária serão recolhidas, reduzidas pela metade, pelo(s) autor(es) do fato, antes da extinção da punibilidade.13. A expedição de mandado de averbação suscita a incidência das custas estipuladas no inciso I, item 9, alínea a, desta Tabela. **(G)**14. Compete aos interessados o fornecimento de cópias reprográficas que devam instruir recursos, mandados, contrafés, traslados, cartas, formais, ofícios e certidões, sendo devidas custas adicionais pela conferência de cópias reprográficas de peças dos processos pela serventia em que teve ou tiver andamento, conforme inciso II, item 9, alínea e, desta Tabela.15. A dedução de pedidos contrapostos enseja a incidência das custas previstas no item nº 08, alínea *c* desta Tabela.**OBSERVAÇÕES:**(A) Ver Aviso CGJ nº 323/2013 (DJERJ de 06/03/2013, fls. 41). (B) Ver Aviso CGJ nº 322/2013 (DJERJ de 06/03/2013, fls. 40).(C) Ver Aviso CGJ nº 1.370/2013 (DJERJ de 05/11/2013, fls. 18/19, e republicação no DJERJ de 27/11/2013, fls. 39/40), bem como Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 7/2014 (publicado no DJERJ de 24/06/2014, pág. 02)(D) Ver Aviso CGJ nº 829/2012 (DJERJ de 19/07/2012, fls. 23) e Aviso CGJ nº 700/2013 (DJERJ de 06/06/2013, fls. 24/25).(E) Ver Aviso CGJ nº 478/2011, parte final (DJERJ de 10/06/2011, fls. 10).(F) Ver Aviso CGJ nº 333/2013 (DJERJ de 07/03/2013, fls. 22/23).(G) Leia‑se inciso II, item 9, alínea “a”, I, desta Tabela. |

**TABELA 02 ‑ ATOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

|  |
| --- |
| **DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Procedimento Sumaríssimo (preparo)** | 131,94(H) |
| **2. Recurso** | 72,02 |
| **3. Outros ‑ as mesmas custas da Tabela 01** |  |
| **NOTAS INTEGRANTES:**1. Nos Juizados Especiais Cíveis e nos Juizados Especiais Criminais, em se tratando de ação penal privada, havendo interposição de recurso inominado, são devidas todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em 1º grau de jurisdição, tais como: preparo (item 1 desta Tabela), recurso (item 2 desta Tabela), diligências por atos de Oficial de Justiça, cálculos do contador (se houver), atos realizados por via postal, porte de remessa e retorno (se houver), CAARJ, taxa judiciária, bem como distribuição, registro e baixa na comarca de origem e seus consectários legais.2. Havendo cumulação simples e sucessiva de pedidos, serão devidas as custas relativas ao preparo (item 1 desta Tabela) para cada pedido suscetível de natureza jurídica autônoma, inclusive os contrapostos, devendo ser recolhidos, contudo, até o máximo correspondente a 3 (três) preparos, não importando a quantidade de pedidos cumulados. Caso haja a formulação de cumulações eventuais e alternativas de pedidos, será devido um único valor correspondente ao preparo (vide Art. 4º desta Portaria ‑ Pedido Contraposto).3. Havendo interposição de recurso em face de sentença substitutiva de outra anteriormente anulada, são devidas apenas custas pelos atos praticados entre a anulação da sentença e a prolação da subsequente, porte de remessa e retorno (se houver) e as custas relativas ao recurso. **(I)**4. Havendo concomitância de recursos interpostos em face de uma mesma sentença, deve‑se observar o recolhimento das custas assinaladas na nota integrante 1 desta Tabela, por recorrente, sob pena de deserção individualizada.5. Nos Juizados Especiais, não são devidas custas em 1º grau de jurisdição para o cumprimento de diligências, inclusive quando realizadas através de Cartas Precatórias. No entanto, as deprecatas expedidas e cumpridas neste Estado deverão ter as respectivas custas recolhidas integralmente no momento da interposição do recurso, observando‑se os valores estabelecidos nas Tabelas integrantes desta lei. Em se tratando de Cartas Precatórias com cumprimento em outro Estado, haverá incidência de custas relativas ao porte de remessa e retorno da deprecata na interposição de recurso, em razão do envio e devolução do instrumento, excetuando‑se a hipótese em que tal providência tenha sido efetivada pelo próprio requerente.6. Nos Juizados Especiais Cíveis, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, pela ausência injustificada do autor a qualquer das audiências, o juiz poderá condenar o mesmo ao recolhimento das custas assinaladas na nota integrante 1 desta Tabela, excetuando‑se os valores pertinentes ao recurso.7. Não são devidas custas para o ajuizamento de Embargos do Executado. Entretanto, julgados improcedentes os mesmos, caberá ao embargante recolher as custas judiciais estabelecidas na Tabela 01, inciso II, item 8, alínea d, bem como aquelas devidas por diligências e a taxa judiciária.8. Havendo interposição de recurso em face de sentença que julgou os embargos do executado, serão devidas as custas mencionadas na nota integrante acima, acrescidas das custas relativas ao recurso, bem como aquelas referentes aos atos praticados na fase de execução. Caso não tenha sido interposto recurso inominado em face de sentença prolatada na fase cognitiva, deverão ser também recolhidas as custas assinaladas na nota integrante 1 desta Tabela, sob pena de deserção.9. Tratando‑se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor, esta é onerosa, devendo as custas (referentes às diligências pessoais, atos praticados por via postal, atos dos Contadores e dos demais auxiliares do Juízo) ser suportadas pelo executado, que as recolherá ao final, antes da baixa da ação.10. Ao ser impetrado Mandado de Segurança, deverão ser recolhidas, além do preparo do mesmo, conforme Tabela 01, inciso II, item 7, alínea f, as custas relativas ao porte de remessa e retorno (se houver), envio de ofício (via postal ou por Oficial de Justiça), CAARJ e taxa judiciária, conforme o art. 126 do Decreto‑Lei Estadual nº 05/1975. 11. Nos Juizados Especiais Criminais, em se tratando de ação penal pública, nas hipóteses em que houver condenação em primeiro grau de jurisdição ou em âmbito recursal, as custas deverão ser recolhidas a final, em conformidade com as Tabelas integrantes desta lei. 12. Nos casos de homologação de acordo cível ou aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, pela efetuação de transação penal, as custas (excetuando‑se o valor referente ao recurso) e a taxa judiciária serão recolhidas, reduzidas pela metade, pelo(s) autor(es) do fato, na forma assinalada na nota integrante 1 desta Tabela, antes da extinção da punibilidade.13. Pelos atos de desarquivamento de processos, certidões e conferência de cópias, os terceiros interessados deverão recolher, antecipadamente à prática do ato, as custas estabelecidas respectivamente na Tabela 01, inciso II, item 9, alíneas b, d e e, acrescidas do percentual destinado à CAARJ. Quanto aos litigantes, as mesmas são devidas em caso de solicitações efetuadas após o trânsito em julgado. Nos processos em curso, o recolhimento, por parte dos litigantes, será efetuado juntamente com o preparo das demais custas, no momento da interposição do recurso, ou nos casos de condenação em custas, previstos em lei.14. O valor do porte de remessa e retorno deverá ser recolhido por ocasião da interposição de recursos oriundos das Comarcas do Interior, dos Foros Regionais e dos Juizados Especiais deste Estado que não estejam instalados no mesmo prédio onde funcionem as turmas recursais. Também serão devidas custas idênticas em razão do envio e devolução das cartas precatórias estabelecidas no inciso II, item 9, alínea a, da Tabela 01, excetuando‑se a hipótese em que tais providências sejam efetivadas pelo próprio requerente.15. Nos Juizados Especiais Da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a incidência de custas deverá observar, no tocante às ações de natureza cível, as regras previstas no art. 26 desta Lei, com os valores e observações contidas nesta tabela. Em relação às eventuais ações de cunho cível para o estabelecimento de medidas protetivas em favor da mulher, o recolhimento de custas e de taxa judiciária deve observar os valores dispostos na tabela 01 desta lei, sendo recolhidas antecipadamente, ou, sendo a autora hipossuficiente, pelo réu, se condenado.**OBSERVAÇÃO:**(H) Ver Aviso CGJ nº 322/2013 (DJERJ de 06/03/2013, fls. 40).(I) Vide Provimento CGJ nº 80/2011, art. 1º, parágrafo 8º (publicado no DJERJ de 03/01/2012, fls. 03). |

**TABELA 03 ‑ ATOS DOS AUXILIARES DO JUÍZO**

|  |
| --- |
| **I ‑ DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Citação (por ato) ‑ Intimação (por ato) ‑ Notificação (por ato)**  | 24,00(J) |
| **2. Diligências** | a)Verificação, Despejo, Busca e Apreensão, Imissão ou Reintegração de Posse e Arrolamento de Bens | 66,03 |
|  | b) por diligência excedente em endereço diferente, mais | 14,96 |
| **3. Praça ou Leilão Judicial: 5% (cinco por cento) sobre o valor pelo qual forem os bens arrematados, vendidos, adjudicados ou remidos** |  |
| **4. Penhora ‑ Sequestro ‑ Arresto ‑ Outras diligências não especificadas**  | 30,00(K) |
| **II ‑ DOS AVALIADORES JUDICIAIS** (K) |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Imóvel urbano (inclusive benfeitorias e terrenos)** |  | Edificado (por unidade autônoma) | 318,19 |
|  |  | Não edificado | 258,16 |
| **2. Estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais; imóveis rurais** | 387,29 |
| **3. Coleções** | 129,10 |
| **4. Outros bens não especificados (por unidade)** | 24,00 |
| **5. Retificação de Laudo por erro ou omissão na descrição dos bens pelo interessado: 1/5 (um quinto) das custas dos itens acima, correspondentes. Valor Máximo de custas por laudo** | 660,49 |
| **6. As custas serão devidas pela metade:** | a) quando a avaliação incidir sobre o único imóvel residencial com área construída igual ou inferior a 100m² |  |
|  | b) quando a avaliação incidir sobre fração ideal de bem ou direito igual ou inferior a 50% |  |
| **III ‑ DOS CONTADORES** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Conta de Custas e verificações da exatidão de seu recolhimento** | 42,00 |
| **2. Outros cálculos e verificações não compreendidos acima** | 114,06 |
| **3. As custas serão devidas pela metade:** | a) em caso de litisconsortes com condenações distintas nos cálculos que devam apurá‑las |  |
|  | b) em caso de reajustamento de cálculo anterior |  |
| **IV ‑ DOS PARTIDORES** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1.Esboço de partilha, sobrepartilha ou rateio, efetuado em processo judicial ou por solicitação administrativa:** | 0,5% (meio por cento) sobre o valor a ser rateado, observado: | Mínimo | 48,02 |
|  |  | Máximo | 1026,74 |
| **2. As custas serão devidas pela metade:** | a) quando o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo. |  |
|  | b) quando o monte bruto for igual ou inferior a 15.000 (quinze mil) UFIR na data da avaliação ou, na sua falta, na data do cálculo para pagamento dos impostos |  |
|  | c) no caso de reforma ou emenda de esboço previsto no item 1  |  |
| **V ‑ DOS DEPOSITÁRIOS JUDICIAIS E DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS** |
| **ATOS** | **CUSTAS** |
| **1. Sobre os rendimentos líquidos dos bens depositados** | 2% |
| **2. Sobre o valor dos bens móveis ou imóveis depositados ou submetidos à administração, observado os limites mínimo e máximo ao lado:** | Bens de valor até R$ 973,78 | 3% |
|  | Sobre o que exceder de | R$ 973,78 até R$ 1952,12 | 5% |
|  |  | R$ 1952,12 até R$ 4875,75 (L) | 7% |
|  | Mínimo | R$ 30,00 |
|  | Máximo | R$ 771,52 |
| **3. Armazenagem considerando o valor do bem:** | a) de 01 até 06 meses | 2% |
|  | b) de 06 até 12 meses | 3% |
|  | c) excedente de 12 meses, mais 1% (um por cento) por mês Observado o limite máximo de | R$ 771,52 |
| **4. Sobre a gestão dos bens imóveis depositados ‑ os valores do item nº 02** (M) |  |
| **VI ‑ DOS LIQUIDANTES JUDICIAIS** (N) |
| **ATOS** | **CUSTAS** |
| **Sobre o ativo verificado; sobre os valores recebidos para dar destino imediato** | 1,5% |
| **Observado o limite máximo por ato**  | R$ 771,52 |
| **VII ‑ DOS INVENTARIANTES JUDICIAIS** (O) |
| **ATOS** | **CUSTAS**  |
| **1. Sobre as importâncias ou valores recebidos para dar destino imediato** | 1% |
| **observado o limite máximo por ato de** | R$ 771,52 |
| **2. Pela diligência e assinatura de escrituras** | R$ 30,00 |
| **VIII – DOS INTÉRPRETES E TRADUTORES** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Intervenção em depoimento, interrogatório ou outro ato judicial:** | a) pela primeira hora indivisível | 66,03 |
|  | b) por hora subsequente, divisível em quartos de hora | 50,99 |
| **2. Tradução de documentos:** | a) até 25 linhas datilografadas de, no mínimo, 50 batidas cada | 24,00 |
|  | b) por três linhas que excederem, ou fração | 5,98 |
| **3. Exame para verificação da exatidão da tradução: metade das custas do item 2** |  |
| **IX ‑ DOS TESTAMENTEIROS E TUTORES JUDICIAIS**  |
| **ATOS** | **CUSTAS**  |
| **1. Como testamenteiro, a vintena arbitrada na forma da Lei Civil** | ‑ |
| **2. Como tutor, sobre a receita líquida** (P) | 5% |
| **Observado o limite máximo por ato de administração de** | R$ 771,52 |
| **X ‑ DOS ATOS DOS PERITOS** |
| **ATOS** | **CUSTAS (R$)** |
| **1. Avaliações:** | a) de caução, multa ou do valor sobre o qual esta deve incidir | 126,06 |
|  | b) do valor da causa ‑ de honorários devidos a profissionais liberais ou de remuneração por serviços de outra natureza ‑ de pensões alimentícias ‑ de frutos e interesses | 186,11 |
| **2. Perícia ou vistoria em bens imóveis, móveis ou semoventes, inclusive avaliação de perdas e danos ‑ perícias grafotécnicas ou similares; perícias contábeis ‑ perícias médicas** | 216,11 |
| **NOTAS INTEGRANTES:**1. Atos dos Oficiais de Justiça Avaliadores:a) As custas desta Tabela remuneram todos os atos necessários à execução da medida, tais como, condução, arrombamento, remoção, depósito, avaliação prévia e intimação das partes ou de terceiros para testemunharem a diligência, bem como a necessidade de mais de um oficial atuante.b) As despesas com arrombamento ou remoção de bens correrão por conta do requerente, que deverá providenciá‑las previamente.c) Não serão devidas custas nos pregões em audiência, nos casos de intimação do órgão do Ministério Público, Defensoria Pública ou servidores da Justiça, nos feitos em que funcionarem.d) Nos editais de praça ou nos anúncios de leilão, bem como nos pregões, será obrigatória a informação sobre o valor das custas devidas pela realização do ato.e) As custas da praça ou leilão serão recolhidas ao FETJ quando o ato for realizado por servidores remunerados pelos cofres públicos.f) Os arrematantes ou adjudicatários remissos não ficarão dispensados do pagamento das custas da praça ou leilão.g) Caso a entrega de ofício seja realizada por oficial de justiça, serão devidas as custas previstas no inciso I, item 1, desta Tabela.2. Atos dos Avaliadores Judiciais:a) As custas desta Tabela remuneram todos os atos necessários à avaliação, inclusive despesas de locomoção.b) Das custas desta tabela, 80% (oitenta por cento) constituirão receita do FETJ, e 20% (vinte por cento) pertencerão ao avaliador judicial remunerado pelos cofres públicos que efetivamente praticou atos de avaliação, como ressarcimento das despesas de condução. Sendo a avaliação realizada por Oficial de Justiça, o recolhimento das custas será integralmente em favor do FETJ.c) Não serão devidas novas custas nos casos de nova avaliação resultante de impugnação acolhida pelo Juiz.3. Atos dos Contadores:a) Os cálculos que se destinem a instruir outros processos, tais como o de verificação de diferença de aluguéis nas ações renovatórias, despejo ou consignatórias, serão contados autonomamente.b) Não são devidas custas pela feitura de novo cálculo por erro do Contador ou pela prestação de esclarecimentos quando lhe forem solicitados pelo Juiz.c) As custas do Contador serão recolhidas antes da remessa dos autos para cálculo, salvo se o magistrado dispuser o contrário.d) É de 5 (cinco) dias o prazo para a realização dos cálculos em geral, podendo tal prazo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, em face da complexidade de sua feitura, tais como rateios, correção monetária de prestações periódicas ou emprego de fórmulas mais complexas do que uma simples operação aritmética.e) Os cálculos deverão ser apresentados de modo a ser identificada a folha dos autos em que figurem os atos que deram origem às rubricas ou parcelas, o mesmo ocorrendo quanto aos artigos, tabelas e números da legislação obrigatoriamente utilizada para sua feitura.4. Atos dos Partidores:a) Não são devidas custas pela reforma do esboço por erro funcional.b) Funcionando na mesma Comarca mais de um Partidor as custas serão rateadas entre eles na proporção dos atos praticados.5. Atos dos Depositários Judiciais e dos Depositários Públicos:a) O auto de depósito deverá conter, para sua validade, certidão do Oficial de Justiça especificando as circunstâncias que o levaram a lhe entregar o bem em depósito, como, incapacidade do executado ou do requerido, ou suas ausências ou recusas.b) Não serão devidas as custas desta Tabela quando o depósito consistir em dinheiro ou valores já recolhidos em estabelecimento bancário.c) Nenhum mandado de levantamento será expedido sem que tenha sido comprovado o recolhimento das custas do depósito, bem como o pagamento das despesas extraordinárias realizadas com a guarda, conservação, fiscalização e administração do bem, diante da peculiaridade deste, desde que sejam essas últimas devidamente comprovadas pelo Depositário e aprovadas pelo Juiz.d) As custas serão devidas pela metade se o bem apreendido já estiver em depósito público.**OBSERVAÇÕES:**(J) Ver Aviso CGJ nº 829/2012 (DJERJ de 19/07/2012, fls. 23).(K) Atos de avaliação de bens realizados pelos Oficiais de Justiça em execuções processadas nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais – ver Aviso CGJ nº 381/2011, item 2 (DJERJ de 24/05/2011, fls. 18). Adotar valores da Tabela 03, inciso II, desta Portaria, com o Código 1108‑0.(L) Ver Aviso CGJ nº 361/2013 (DJERJ de 19/03/2013, fls. 42).(M) Ver Aviso CGJ nº 478/2011, item 4, 2ª parte (DJERJ de 10/06/2011, fls. 10), c/c Tabela 03, IX, item 2, desta Portaria.(N) Ver Aviso CGJ nº 478/2011, item 1 (DJERJ de 10/06/2011, fls. 10) c/c Tabela 01, II, item 9, alínea “g” desta Portaria.(O) Ver Aviso CGJ nº 478/2011, item 2 (DJERJ de 10/06/2011, fls. 10).(P) Ver Aviso CGJ nº 478/2011, item 3 (DJERJ de 10/06/2011, fls. 10). |

**ANEXO I**

**TABELA DE CUSTAS PROCESSUAIS ‑ EXECUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**

**(Lei Estadual nº 6.369/2012; Portaria CGJ nº 10/2012, incisos I, II e III; e Aviso CGJ nº 103/2013)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procedimento** | **Atos** | **Custas / Taxa Judiciária** |
| 1) Liquidações de Sentença | A) Custas referentes aos atos dos escrivães. | R$ 191,31. |
|  | B) Eventuais diligências de citação ou de intimação por Oficial de Justiça ou pela via postal (ex: art. 475‑N, par. Único) **(1)** | a) Citação: R$ 24,00;b) Intimação: R$ 24,00;c) Atos/via postal: R$ 17,14. |
| 2) Cumprimento de sentença (execução) | A) Sem custas de escrivão **(2)** | ‑‑‑‑‑ |
|  | B) Diligências a serem realizadas por Oficial de Justiça ou pela via postal (ex: art. 475, letras J, par. 1º, e N, par. único) **(1)** | a) Citação: R$ 24,00;b) Intimação: R$ 24,00;c) Atos/via postal: R$ 17,14;d) Penhora: R$ 30,00; e demais hipóteses da Tabela 03, inciso I.e) Avaliação: ver Tabela 03, inciso II. **(3)** |
|  | C) Taxa judiciária | a) Incidência sobre eventual diferença, na forma do Aviso CGJ nº 103/2013. **(4)**b) 2% do valor da execução de sentenças penais condenatórias, sentenças arbitrais e de honorários sucumbenciais, requerida por advogado (dec. exarada no processo administrativo nº 45507/05). **(5)** |
| 3) Impugnação (4) | A) Custas referentes aos atos dos escrivães. | R$ 191,31. |
|  | B) Eventuais diligências realizadas por Oficial de Justiça ou pela via postal (ex: intimação do impugnado) **(1)** | a) Citação: R$ 24,00;b) Intimação: R$ 24,00;c) Atos/via postal: R$ 17,14. |
|  | C) Taxa judiciária | Não incidência (conforme inciso I, da Portaria CGJ nº 10/2012). |

**Observações:**

**1)** Caso as diligências sejam realizadas por cartas precatórias, deve‑se observar o recolhimento das custas referentes à carta, conforme exposto nos modelos de Carta Precatória, elencados no site http://www.tjrj.jus.br/. O recolhimento deve ser feito por GRERJ em separado, conforme Aviso TJ nº 28/2009. Se a deprecata for destinada para outro Estado, deve‑se recolher, no âmbito da Justiça Estadual Fluminense, somente as custas do Porte de Remessa e Retorno (se o advogado levar a carta “em mãos”, não há custa do Porte de Remessa). Vide, também, ANEXO VI desta Portaria.

**2)** Não há recolhimento de custas atinentes ao ato do Escrivão quanto ao pedido de execução/cumprimento de sentença, por ausência de previsão legal (Processos Administrativos nº 61854/2002 e 184994/2002 c/c Art. 17, VIII, da Lei 3.350/99).

**3)** No tocante ao preenchimento da GRERJ para o recolhimento das custas em tela, observar os modelos "Avaliação de bens (efetuada por Avaliador Judicial)" e "Avaliação de bens (efetuada por Oficial de Justiça)", dispostos no site http://www.tjrj.jus.br/Corregedoria Geral da Justiça, inclusive no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis (sendo este último com base no item 02, do Aviso CGJ nº 381/2011).

**4)** Em relação ao valor já recolhido na fase cognitiva (devidamente atualizado), havendo diferença de taxa judiciária a ser recolhida por ocasião de execução (cumprimento de sentença), é devido o seu recolhimento antes do início de tal procedimento, cabendo ao autor adiantar seu pagamento, por força do disposto nos itens 04 e 08 do Aviso CGJ n.º 103/2013; no art. 135 do Código Tributário Estadual; no Enunciado 58 do Aviso TJ nº 57/2010; no art. 165, Par. 1º, da Consolidação Normativa da C.G.J. (Parte Judicial); no art. 104 da Resolução 15/99, do Conselho da Magistratura; e no decidido no processo administrativo nº 184994/06, ressaltando‑se que, uma vez recolhida a taxa judiciária máxima na fase cognitiva, inexistirá diferença a ser recolhida na fase executiva (Procs. Adms. 61464/2002 e 69230/2003).

**5)** Em conformidade com o Enunciado nº 39 do Aviso TJ nº 57/2010, com o art. 165, Par. 2º, da Consolidação Normativa da C.G.J. (Parte Judicial) e com o Proc. Adm. nº 45507/2005, a execução de honorários sucumbenciais enseja o recolhimento de taxa, pelo advogado exequente, à razão de 2% sobre o valor total da sua execução. Deve‑se adotar tal cálculo, mesmo no caso de o seu cliente ser beneficiário de justiça gratuita. Vide, também, Enunciado de Súmula nº 135 do TJ/RJ (verba autônoma).

**6)** Nas hipóteses de execução de título executivo judicial, se o devedor, após citado/intimado, não efetuar o pagamento da dívida nem promover a garantia da execução, o credor poderá requerer a expedição de certidão de crédito a seu favor, para fins de protesto do título executivo judicial, a qual é isenta de custas se requerida nestes termos e com esta finalidade específica, e desde que propicie o arquivamento com baixa dos autos após 60 (sessenta dias) da entrega da referida certidão ao credor, sem prejuízo da necessária certidão de débito ao DEGAR/DGPCF em caso de se verificar eventual diferença de custas e taxa judiciária, baixando‑se o feito, em seguida, na Distribuição, em conformidade com o art. 2º, e seus parágrafos 3º, 4º e 5º, do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014.

**7)** Não se tratando do caso especificado na Observação de nº 6, acima, quando se tratar da certidão comprobatória do ajuizamento da execução/fase executiva, os serviços de Distribuição e os Núcleos de Autuação, Distribuição e Citação‑NADAC dos Juizados Especiais Cíveis, bem como as serventias de primeira instância emitirão a certidão do art. 615‑A do Código de Processo Civil, sempre que a mesma seja requerida pelo credor. O requerente deve demonstrar o recolhimento antecipado das custas judiciais, em qualquer caso, no valor constante da Tabela 01, inciso II, item 9, alínea “b”, da Portaria de Custas Judiciais, salvo quando seja beneficiário da gratuidade de justiça, devendo‑se observar, para o âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, o disposto no Art. 45 da Consolidação Normativa‑Parte Judicial (cf. Provimento CGJ nº 28/2007 e Arts. 41 a 45 da Consolidação Normativa‑Parte Judicial).

**ANEXO II**

**TABELA DE CUSTAS ‑ ÂMBITO ADMINISTRATIVO**

**(Conforme a Tabela 01, inciso I, item 04, desta Portaria, o Aviso CGJ nº 06/2011, itens “1” e “2”, o Provimento CGJ nº 07/2010, o Aviso CGJ nº 22/2011, o Art. 134 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça e o Aviso CGJ nº 829/2012)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ato** | **Forma de recolhimento e Fonte Normativa** | **Valor** |
| Desarquivamento de Processo Administrativo: | ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Aviso CGJ nº 06/2011, item “1”.ATENÇÃO: isenção para magistrados e servidores (Aviso TJ nº 06/2011, item 1, parte final, e Aviso CGJ nº 06/2011, item 1, parte final). | R$ 30,00 (trinta reais). |
| Pedido de Reconsideração de Decisão Administrativa: | ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS:Provimento CGJ nº 07/2010, Aviso CGJ nº 22/2011 e art. 134 da Consolidação Normativa da CGJ. | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos). |
| Citação, intimação ou notificação de Partes e Testemunhas em sede de Processo Administrativo: | ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS:Aviso CGJ nº 829/2012, Tabela 01, II, item 09, “f”, e Tabela 03, I, item 1, ambas desta Portaria. | Se realizadas por Oficial de Justiça: R$ 24,00 (vinte e quatro reais). |
| Se realizadas por via postal: R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos). |
| Certidão Administrativa (inclusive certidão comprobatória da prática jurídica): | ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS:Aviso CGJ nº 06/2011, item “2”; Aviso CGJ nº 21/2011 (Certidão Comprobatória da Prática Jurídica) | R$ 19,48 (dezenove reais e quarenta e oito centavos). |
| Recurso Hierárquico: | ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Tabela 01, inciso I, item 04, desta Portaria e Art. 50, § 4º do Regimento Interno do Conselho da Magistratura. | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos). |
| OBS: Os recolhimentos acima deverão ser efetuados em GRERJ Eletrônica Administrativa. |

**ANEXO III**

**TABELA DE CUSTAS/DESPESAS PROCESSUAIS ‑ PROCESSAMENTO ELETRÔNICO E OUTRAS PREVISÕES CONSTANTES DO ATO ABAIXO MENCIONADO**

**(Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 09/2013)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ato** | **Forma de recolhimento e Fonte Normativa** | **Valor** |
| **I.** Cópia digital de registros fonográficos e audiovisuais de audiências: | ‑ Por cópia (com a apresentação de CD‑Rom ‑ pelo TJ/RJ).‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS:alínea "n", do item 09, do inciso II, da Tabela nº 01, da Portaria de Custas Judiciais, sendo a mídia fornecida pelo Tribunal (Resolução TJ/OE nº 14/2010 c/c Art. 19, § 8º, da Resolução TJ/OE nº 16/2009, com redação alterada pela Resolução TJ/OE nº 35/2012). | R$ 30,00 (trinta reais). |
| **II.** Digitalização de documento realizada no âmbito deste Poder Judiciário (dentre eles, a digitalização de petição e documentos anexados a petição endereçada a processo eletrônico por meio físico, i.e., papel): | ‑ Por documento. ‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos). OBS:alínea "l", 2ª parte, do item 09, do inciso II, da Tabela nº 01, da Portaria de Custas Judiciais. | R$ 7,90 (sete reais e noventa centavos). |
| **III.** Transcrição de declaração registrada na gravação eletrônica de audiência: | ‑ Por declaração transcrita.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: alínea "o", do item 09, do inciso II, da Tabela nº 01, da Portaria de Custas Judiciais, sendo a mídia fornecida pelo Tribunal (Resolução TJ/OE nº 14/2010 c/c Art. 19, § 8º, da Resolução TJ/OE nº 16/2009, com redação alterada pela Resolução TJ/OE nº 35/2012). | R$ 30,00 (trinta reais). |
| **IV.** Expedição de certidão da transcrição realizada: | ‑ Por certidão expedida.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Art. 2º, 2ª parte, do Ato Normativo TJ nº 02/2013. | R$ 15,00 (quinze reais), com a incidência de R$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos) por folha excedente a uma. |
| **V.** Cópia do processamento eletrônico (a ser fornecida em mídia): | ‑ Por cópia solicitada.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Art. 4º, do Ato Normativo TJ nº 02/2013, sendo vedada a utilização de mídia fornecida pela parte (Art. 19, § 8º, da Resolução TJ/OE nº 16/2009, com redação alterada pela Resolução TJ/OE nº 35/2012). | R$ 18,68 (dezoito reais e sessenta e oito centavos). |
| **VI.** Impressão de cópia do processo/processamento eletrônico – mediante solicitação das partes ou para a instrução de um documento processual (como, por exemplo, cartas de sentença, formais de partilha, mandados de citação e intimação): | ‑ Por página impressa.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Art. 6º, do Ato Normativo TJ nº 02/2013; Aviso CGJ nº 1.526/2013. | R$ 0,28 (vinte e oito centavos). |
| **VII.** Fornecimento de cópia (em mídia) de documentos contidos em mídias diversas por este E. Tribunal: | ‑ Por cópia extraída.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Aviso TJ nº 02/2013, sendo vedada a utilização de mídia fornecida pela parte (Art. 19, § 8º, da Resolução TJ/OE nº 16/2009, com redação alterada pela Resolução TJ/OE nº 35/2012). | R$ 5,98 (cinco reais e noventa e oito centavos). |
| **VIII.** Envio eletrônico de citações, intimações, ofícios e notificações, inclusive requisições de informações realizadas em portais eletrônicos conveniados com o TJ/RJ para obtenção de dados da parte**\***:**\*** OBS: se a finalidade for a efetivação de penhora, deve ser observado o disposto na Tabela 01, inciso II, item 9, alínea “**q**”, desta Portaria. | ‑ Por envio (OBS: deve‑se considerar cada ato enviado).‑ Código na GRERJ: é o correspondente a cada Serventia (1102‑3 ou 1106‑4 ou 1105‑6 ou 1101‑5 ou 1103‑1), com base no Aviso CGJ nº 333/2013 (DJERJ de 07/03/2013, fls. 22/23).OBS: Art. 9º, 2ª parte, do Ato Normativo TJ nº 02/2013 e Aviso CGJ nº 700/2013. | R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos). |
| **IX.** Conferência de fotocópia de folha de Diário Oficial (impresso), artigos de periódicos contidos no acervo deste E. Tribunal e de cópia extraída do Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, realizada pela Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: | ‑ Por cópia conferida.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Aviso TJ nº 01/2013. | R$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos). |
| **X.** Solicitação efetuada por advogado constituído nos autos de cópia de decisão judicial não publicada: | ‑ Por folha fotocopiada.‑ Código na GRERJ: 2212‑9 (Diversos).OBS: Ato Normativo TJ nº 01/2013. | R$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos). |
| OBSERVAÇÃO: Os casos omissos serão dirimidos pelo Corregedor Geral da Justiça (Art. 4º do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 09/2013). |

**ANEXO IV**

**TABELA DE CUSTAS PROCESSUAIS ‑ EXECUÇÕES FISCAIS**

(Ato Normativo TJ nº 03/2010 e **Aviso CGJ nº 372/2013**)

Quando, nas execuções fiscais da Dívida Ativa dos Municípios e do Estado, quando o débito tributário devido ao Município ou ao Estado e as custas processuais devidas ao Poder Judiciário forem pagos em conjunto, e os cálculos forem realizados pela própria entidade exequente, as custas devidas são as seguintes:

|  |  |
| --- | --- |
| Tipo de Receita | Campo Correspondente |
| CITAÇÃO POR VIA POSTAL (código 1110‑6)Tabela 01, inciso II, item 09, “f”. | R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos) |
| DOS ESCRIVÃES DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO (1105‑6) ou DOS ESCRIVÃES DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO (1106‑4)Tabela 01, inciso II, item 07, “o”. | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos) |
| SUBTOTAL |  |
| CAARJ | Valor de 10% das custas judiciais ‑ Subtotal |
| DISTRIBUIDORES‑REG/BRegistro/Baixa‑ Dívida Ativa da Capital: 0445‑0137200‑9;‑ Dívida Ativa de Niterói: 3071‑0024739‑1;‑ Dívida Ativa de Campos: 0065‑0210279‑0;‑ Dívida Ativa das demais Comarcas: 2102‑2 | Valor básico/inicial de R$ 36,16 (trinta e seis reais e dezesseis centavos)OBS: deverá ser recolhido mais R$ 0,87 (oitenta e sete centavos) por cada nome excedente a 02 (dois) observado no processo. |
| ACRÉSCIMO DE 20% ‑ Lei nº. 3217/99 ‑ FETJ ‑ 6246‑0088009‑4 | Valor básico/inicial de R$ 7,23 (sete reais e vinte e três centavos) |
| TAXA JUDICIÁRIA (código 2101‑4)Correspondente a 4% do valor total do débito (incluindo os honorários advocatícios), nos termos dos arts. 119 e 132 do Código Tributário Estadual (Decreto Lei n° 05/75) **(5)** | Mínima ‑ R$ 73,09 (setenta e três reais e nove centavos)Máxima ‑ R$ 33.224,57 (trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos) |
| FUNPERJ6898‑0000208‑9 | 5% das custas judiciais (Subtotal) + 5% dos emolumentos de registro e baixa (Distribuidores‑Reg/B) |
| FUNDPERJ6898‑0000215‑1 | 5% das custas judiciais (Subtotal) + 5% dos emolumentos de registro e baixa (Distribuidores‑Reg/B) |
| 2%(DISTRIBUIDORES)L6370/12 | Valor básico/inicial de R$ 0,72 (setenta e dois centavos) |

**Observações:**

1) Em caso de necessidade de cálculo do débito pelo Contador Judicial (quando houver penhora, etc.), incidirão as custas previstas na Tabela 03, inciso III, itens 1 e 2, desta Portaria, por força do artigo 14 da Lei nº 3.350/99, as quais serão recolhidas pela parte através de GRERJ e, caso haja diferença, esta deverá ser recolhida nos mesmos moldes, após a elaboração do cálculo pela Contadoria, ressaltando‑se que, em caso de penhora realizada no processo, deverão ser recolhidas as custas previstas na Tabela 03, inciso I, itens 1 (intimação) e 4 (penhora), da presente Portaria.

2) Em caso de convênio de cooperação técnica e arrecadação conjunta das custas e taxa judiciária devidas, os valores iniciais de uma execução fiscal serão recolhidos através de uma guia de cobrança compartilhada, aplicando‑se o disposto no artigo 1º, do Ato Normativo TJ nº. 03/2010, apenas para o recolhimento de eventuais diferenças de custas ou taxa judiciária e de eventuais valores devidos por atos processuais posteriores.

3) FUNPERJ (Fundo da Procuradoria Geral): 5% das custas judiciais (Subtotal) + 5% dos emolumentos de registro e baixa (Distribuidores‑Reg/B).

4) FUNDPERJ (Fundo da Defensoria Pública): 5% das custas judiciais (Subtotal) + 5% dos emolumentos de registro e baixa (Distribuidores‑Reg/B).

5) A base de cálculo da taxa judiciária em execução fiscal (4% sobre o valor total do débito – Art. 132, CTE) deverá corresponder ao valor total que vier a ser efetivamente pago pelo executado, em conformidade com o decidido no proc. adm. nº 141.947/2004.

**ANEXO V**

**JUSTIÇA COMUM ‑ RECURSOS DE APELAÇÃO E DE AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**(Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014 ‑ publicado no DJERJ de 16/05/2014, pág. 06)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ato** | **Forma de recolhimento e Fonte Normativa** | **Valor** |
| Apelação (Cível/Criminal) em Processos Eletrônicos (oriundos de qualquer comarca do Estado do Rio de Janeiro): | ‑ Custas integrais, prevista na Tabela 01, inciso I, item 4, desta Portaria, por recurso.‑ Código na GRERJ Eletrônica: 1101‑5 (ATOS SECR. TJ).OBS: Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Art. 1º. (1) | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos). |
| Apelação (Cível/Criminal) em Processos Físicos contra sentença de Juízo sediado no Complexo Judiciário do Fórum Central da Capital: | ‑ Custas integrais, prevista na Tabela 01, inciso I, item 4, desta Portaria, por recurso.‑ Código na GRERJ Eletrônica: 1101‑5 (ATOS SECR. TJ).OBS: Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Art. 1º, par. único, a contrário senso. | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos). |
| Apelação (Cível/Criminal) em Processos Físicos contra sentença de Juízo sediado fora do Complexo Judiciário do Fórum Central da Capital. | ‑ Custas integrais, prevista na Tabela 01, inciso I, item 4, desta Portaria, por recurso.‑ Código na GRERJ Eletrônica: 1101‑5 (ATOS SECR. TJ). | R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos); |
| ‑ Código na GRERJ Eletrônica: 1104‑9 (PORTE REM. RET.). (2)OBS: Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Art. 1º, Parágrafo Único. | R$ 20,95 (vinte reais e noventa e cinco centavos) por cada “grupo de 200 folhas”. (2) |
| Agravo de Instrumento‑Câmara‑TJ/RJ (inclusive Agravo em V.E.P.) contra decisão de Juízo tanto da Capital como das demais Comarcas (isto é, de qualquer Juízo). | ‑ Custas integrais, prevista na Tabela 01, inciso I, item 4, desta Portaria, por recurso.‑ Código na GRERJ Eletrônica: 1101‑5 (ATOS SECR. TJ).OBS: Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Arts. 1º e 2º. (1) | R$ 129,44 (cento e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos). (3) |
| OBS: Os recolhimentos acima deverão ser efetuados em GRERJ Eletrônica Judicial. |

**Observações:**

1) Havendo necessidade de trâmite físico de autos ou peças processuais ou peças recursais entre o Órgão Julgador de Segunda Instância e os Juízos sediados em Comarcas do Interior ou em Fóruns Regionais, em razão do processamento do recurso, a parte responsável deverá efetuar o pagamento do porte de remessa e retorno respectivo, conforme Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Art. 1º, par. único.

2) Com relação às custas do Porte de Remessa e Retorno, além das folhas do Processo objeto do Recurso (inclusive as folhas do próprio Recurso), devem ser consideradas, também, as folhas do Apenso no “grupo de 200 folhas” (Proc. Adm. 35681/2000).

3) O montante de R$ 129,44 (cento e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos) corresponde a R$ 78,02 (setenta e oito reais e dois centavos) pelo Recurso, bem como a R$ 51,42 (cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) por 03 (três) Ofícios Eletrônicos (Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2014, Art. 2º).

**ANEXO VI**

**MANDADO JUDICIAL ELETRÔNICO**

**Provimento CGJ nº 41/2014 (com vigência a partir de 01/09/2014) e**

**Aviso CGJ nº 1.390/2014 (com vigência a partir de 23/09/2014)**

|  |
| --- |
| **MANDADOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS** |
| **1) Em Processo Físico:** |
|  | **Forma de recolhimento** | **Valor** |
| 1.1) de Citação/Notificação (com ou sem Intimação): | A) Custas do Oficial de Justiça (Tab. 03, inciso I, item 1), por ato, a serem recolhidas no Código 1107‑2; eB) Despesas eletrônicas, a serem recolhidas no Código 2212‑9:‑ 2 digitalizações (2 X R$ 7,90); e‑ 2 impressões (2 X R$ 0,28); e‑ R$ 0,28 por cada página da inicial a ser impressa (contrafé).C) Custas de 2 Ofícios Eletrônicos (2 X R$ 17,14), a serem recolhidas no Código do Escrivão, somente no caso de se tratar de mandado enviado eletronicamente para Comarca diversa deste Estado. | Considerar os resultados por mandado a ser expedido. |
| 1.2) de Intimação: | A) Custas do Oficial de Justiça (Tab. 03, inciso I, item 1), por ato, a serem recolhidas no Código 1107‑2; eB) Despesas eletrônicas, a serem recolhidas no Código 2212‑9:‑ 1 digitalização (R$ 7,90); e‑ 2 impressões (2 X R$ 0,28).C) Custas de 2 Ofícios Eletrônicos (2 X R$ 17,14), a serem recolhidas no Código do Escrivão, somente no caso de se tratar de mandado enviado eletronicamente para Comarca diversa deste Estado. | Considerar o resultado por mandado a ser expedido. |
| **2) Em Processo Eletrônico:** |
|  | **Forma de recolhimento**  | **Valor** |
| 2.1) de Citação/Notificação (com ou sem Intimação): | A) Custas do Oficial de Justiça (Tab. 03, inciso I, item 1), por ato, a serem recolhidas no Código 1107‑2; eB) Despesas eletrônicas, a serem recolhidas no Código 2212‑9:‑ 1 digitalização (R$ 7,90);‑ 1 impressão (R$ 0,28);‑ R$ 0,28 por cada página da inicial a ser impressa (contrafé).C) Custas de 2 Ofícios Eletrônicos (2 X R$ 17,14), somente no caso de se tratar de mandado enviado eletronicamente para Comarca diversa deste Estado. | Considerar o resultado por mandado a ser expedido.  |
| 2.2) de Intimação: | A) Custas do Oficial de Justiça (Tab. 03, inciso I, item 1), por ato, a serem recolhidas no Código 1107‑2; eB) Despesas eletrônicas, a serem recolhidas no Código 2212‑9:‑ 01 digitalização (R$ 7,90);‑ 01 impressão (R$ 0,28).C) Custas de 2 Ofícios Eletrônicos (2 X R$ 17,14), a serem recolhidas no Código do Escrivão, somente no caso de se tratar de mandado enviado eletronicamente para Comarca diversa deste Estado. | Considerar o resultado por mandado a ser expedido.  |
| 3) demais casos (isto é, demais diligências) de mandados eletrônicos enviados para a Central de Cumprimento de Mandados/NAROJA da mesma Comarca.  | Deverão ser cobradas, além das custas da respectiva diligência do Oficial de Justiça, as despesas referentes à digitalização e à impressão, que vierem a ser praticadas, caso a caso, sem prejuízo das custas de 2 Ofícios Eletrônicos quando o mandado for enviado eletronicamente para Comarca diversa deste Estado. | Considerar o resultado por mandado a ser expedido. |

**ANEXO VII**

**RECURSO INOMINADO EM JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E FAZENDÁRIOS**

**APELAÇÃO CRIMINAL EM AÇÃO PENAL PRIVADA EM JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**

**(Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015, com vigência a partir de 08/06/2015)**

|  |
| --- |
| **1)** Nos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários, o recolhimento de custas por ocasião da interposição do Recurso Inominado, em qualquer fase do processo, deverá ser realizado em contas/códigos e valores fixos, através de GRERJ Eletrônica e sem prejuízo do disposto no art. 4º (de observação obrigatória, após findo o feito), conforme composição demonstrativa a seguir, nos moldes do Art. 1º da referida Resolução: |
| **TIPO DE RECOLHIMENTO** | **CÓD. DE RECEITA/CONTA** | **VALOR ‑ R$** | **TIPO DE RECOLHIMENTO** |
| ATOS JUIZADOS | 1103‑1 | 335,90 | ATOS JUIZADOS |
| ATOS POST./CONF.COP. | 1110‑6 | 17,14 | ATOS POST./CONF.COP. |
| PORTE REM. RET. | 1104‑9 | 20,95 | PORTE REM. RET. |
|  | Sub Total | 373,99 |  |
| CAARJ / IAB (10%) | 2001‑6 | 37,39 | CAARJ / IAB (10%) |
| DISTRIBUIDORES‑REG/B | (variável de acordo com a Comarca) | 37,03 | DISTRIBUIDORES‑REG/B |
| 20% (FETJ) | 6246‑0088009‑4 | 7,40 | 20% (FETJ) |
| FUNPERJ | 6898‑0000208‑9 | 20,55 | FUNPERJ |
| FUNDPERJ | 6898‑0000215‑1 | 20,55 | FUNDPERJ |
| 2%(DISTRIB)L6370/12 | (variável de acordo com a Comarca) | 0,74 | 2%(DISTRIB)L6370/12 |
| TAXA JUDICIÁRIA | 2101‑4 | **(variável em cada caso concreto)** | TAXA JUDICIÁRIA |
| **2)** Nos Juizados Especiais Criminais, o recolhimento de custas por ocasião da interposição da Apelação Criminal em ação penal privada, em qualquer fase do processo, deverá ser realizado em contas/códigos e valores fixos, através de GRERJ Eletrônica e sem prejuízo do disposto no art. 4º (de observação obrigatória, após findo o feito), conforme composição demonstrativa a seguir, nos moldes do Art. 2º da referida Resolução: |
| **TIPO DE RECOLHIMENTO** | **CÓD. DE RECEITA/CONTA** | **VALOR ‑ R$** | **TIPO DE RECOLHIMENTO** |
| ATOS JUIZADOS | 1103‑1 | 203,96 | ATOS JUIZADOS |
| A.O.J.A. | 1107‑2 | 48,00 | A.O.J.A. |
| PORTE REM. RET. | 1104‑9 | 20,95 | PORTE REM. RET. |
|  | Sub Total | 272,91 |  |
| CAARJ / IAB (10%) | 2001‑6 | 27,29 | CAARJ / IAB (10%) |
| DISTRIBUIDORES‑REG/B | (variável de acordo com a Comarca) | 37,03 | DISTRIBUIDORES‑REG/B |
| 20% (FETJ) | 6246‑0088009‑4 | 7,40 | 20% (FETJ) |
| FUNPERJ | 6898‑0000208‑9 | 15,49 | FUNPERJ |
| FUNDPERJ | 6898‑0000215‑1 | 15,49 | FUNDPERJ |
| 2%(DISTRIB)L6370/12 | (variável de acordo com a Comarca) | 0,74 | 2%(DISTRIB)L6370/12 |
| TAXA JUDICIÁRIA | 2101‑4 | **(variável em cada caso concreto)** | TAXA JUDICIÁRIA |

**Observações**:

1) Diferentemente dos demais valores dispostos na GRERJ Eletrônica do Recurso Inominado e da Apelação Criminal, interpostos em sede de Juizados Especiais, os quais deverão ser fixos e invariáveis, a taxa judiciária será variável e deverá ser recolhida em conformidade com cada caso concreto, atendendo‑se às regras dispostas no Código Tributário Estadual e na legislação vigente, permanecendo a análise de deserção recursal apenas em relação à ausência ou insuficiência de recolhimento da referida taxa (Art. 3º da Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015), sendo importante acrescentar que o usuário não poderá excluir contas/códigos e valores fixos, tratados no Art. 1º ou no Art. 2º Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015.

2) Findo o processo e constatada eventual diferença de custas e taxa judiciária, em atendimento à legislação de custas em vigor, a serventia, após a lavratura da certidão de trânsito em julgado e sem prejuízo do arquivamento do feito, emitirá certidão de débito ao Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR/DGPCF/TJERJ), que será responsável por instaurar o competente processo administrativo fiscal (Art. 4º da Resolução Conjunta TJ/CGJ nº 01/2015).

3) Para a baixa da distribuição, devem ser observadas as disposições do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 13/2015.